

Diagnóstico territorial e formulação das diretrizes de extensão universitária do Instituto Superior Gregório Semedo Polo Namibe 2025 a 2026

Territorial diagnosis and the formulation of university extension guidelines for the Gregório Semedo Higher Institute, Namibe campus
2025 - 2026

Abílio Sassendo Cachuco¹

Adérito Cesaldino Pedro²

Agostinho Sachissokele Tchimuma Cavita³

Anselmo Mário⁴

Holaio Suzanito Manuel Tito⁵

Izilma Ana Justo Mbuta Pedro⁶

RESUMO

O presente estudo analisa os principais desafios socioeconómicos e culturais da Província do Namibe como base para a formulação de diretrizes de extensão universitária do IGS – Polo Namibe no período de 2025 a 2026. A investigação parte do problema de identificar quais desafios territoriais devem ser priorizados pela instituição para fortalecer a sua intervenção social e aproximar a actividade académica das necessidades locais. O objectivo geral consistiu em analisar como o diagnóstico territorial pode contribuir para a definição de prioridades institucionais de extensão universitária mediante o reconhecimento das dinâmicas socioeconómicas e

¹ Mestre em Direcção e Gestão de Recursos Humanos, Licenciado em Gestão de Recursos Humanos e Docente Universitário.

² Mestrando em Direito, Pós Graduado em Direito na Vertente Jurídico Forense, Pós Graduado em Trabalho para Recursos Humanos, Licenciado em Direito, Advogado, Docente Universitário e Autor.

³ Mestre em Ensino da Matemática, Licenciado em Ensino da Física e Docente Universitário.

⁴ Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e Docente Universitário.

⁵ Mestre em Direito, Pós Graduado em Direito na Vertente Jurídico Forense, Licenciado em Direito, Advogado, Docente Universitário e Investigador.

⁶ Mestranda em Direito Jurídico Forense, Pós Graduada em Direito na Vertente Jurídico Forense, Licenciada em Direito, Advogada.

culturais do território. Metodologicamente, adoptou-se uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, utilizando o método indutivo e recorrendo à pesquisa bibliográfica, documental e observação indirecta. A unidade de análise foi o IGS – Polo Namibe, tendo como campo de acção a extensão universitária e o desenvolvimento territorial. Os resultados evidenciaram que os sectores das pescas, agricultura, turismo e inclusão social apresentam elevado potencial para orientar intervenções extensionistas, desde que fundamentadas em processos sistemáticos de diagnóstico territorial. Conclui-se que a extensão universitária, quando articulada com as necessidades locais, pode reforçar o papel social da universidade e contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Diagnóstico territorial; Extensão universitária; Desenvolvimento territorial; Planeamento institucional; Namibe.

ABSTRACT

This study analyses the main socio-economic and cultural challenges of Namibe Province as a basis for formulating university extension guidelines for IGS – Namibe Campus during the period 2025–2026. The research addresses the problem of identifying which territorial challenges should be prioritised by the institution in order to strengthen its social intervention and align academic activity with local needs. The general objective was to examine how territorial diagnosis may contribute to defining institutional priorities for university extension through the recognition of the territory's socio-economic and cultural dynamics. Methodologically, the study adopted a qualitative approach with descriptive and exploratory purposes, applying the inductive method and making use of bibliographical research, documentary research and indirect observation. The unit of analysis was IGS – Namibe Campus, focusing on university extension and territorial development. The findings indicate that the sectors of fisheries, agriculture, tourism and social inclusion offer significant potential for guiding extension initiatives when supported by systematic territorial diagnosis. The study concludes that university extension, when aligned with local needs, can strengthen the social role of higher education institutions and contribute to sustainable territorial development.

Keywords: Territorial diagnosis; University extension; Territorial development;

Institutional planning; Namibe.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a relação entre diagnóstico territorial e extensão universitária no contexto do Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (IGS) - Polo Namibe, para o período de 2025 a 2026. A investigação parte do reconhecimento de que a universidade contemporânea deixou de ser concebida apenas como espaço de formação intelectual e produção científica para assumir também uma função social orientada à transformação das realidades onde se insere.

Historicamente, predominou um modelo universitário centrado na transmissão do conhecimento e na investigação científica, mas as mudanças económicas, sociais e culturais das últimas décadas impulsionaram uma compreensão mais ampla da missão universitária, incorporando a extensão como dimensão essencial da relação entre universidade e sociedade. Paulo Freire (1983) criticou a concepção tradicional da extensão entendida como mera transferência de saberes e defendeu uma relação comunicativa entre instituição e comunidade, fundada na participação e no reconhecimento dos conhecimentos locais. Boaventura de Sousa Santos (2011) sustenta que a universidade contemporânea deve superar modelos isolados de produção científica e assumir compromisso efectivo com a democratização do conhecimento e com o desenvolvimento social.

No contexto angolano, o fortalecimento do papel social das instituições de ensino superior acompanha os esforços nacionais de promoção do desenvolvimento local e da valorização das comunidades. Contudo, persistem desafios relacionados com a articulação entre as actividades universitárias e as necessidades efectivamente vividas pelas populações locais. Em muitos contextos institucionais, as acções extensionistas ainda apresentam reduzido nível de sistematização territorial e limitada capacidade de traduzir as especificidades socioeconómicas e culturais em estratégias institucionais permanentes.

É neste contexto que se insere a realidade da Província do Namibe, reconhecida pelo seu potencial económico associado à pesca, agricultura e turismo, mas que apresenta simultaneamente desafios relacionados com inclusão social, dinamização económica local, valorização cultural e fortalecimento das capacidades

comunitárias. A presente investigação foi impulsionada no curso de capacitação em agregação pedagógica, primeira edição no Instituto Gregório Semedo polo Namibe, no módulo de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Problema de Investigação

O estudo parte da seguinte questão: Quais são os principais desafios socioeconómicos do Namibe que o IGS deve priorizar? Observa-se a necessidade de fortalecer mecanismos que permitam alinhar as iniciativas extensionistas às demandas reais das comunidades e sectores estratégicos da província.

Objectivo Geral

Analisar os principais desafios socioeconómicos e culturais da Província do Namibe, identificados por meio do diagnóstico territorial, com vista à definição de prioridades para a formulação das diretrizes de extensão universitária do IGS - Polo Namibe no período de 2025 a 2026.

Objectivos Específicos

1. Identificar os principais desafios socioeconómicos e culturais da Província do Namibe com relevância para a actuação extensionista do IGS - Polo Namibe.
2. Descrever as necessidades e potencialidades territoriais prioritárias nos sectores da pesca, agricultura, turismo e inclusão social que possam orientar a intervenção universitária.
3. Estabelecer prioridades temáticas para a extensão universitária do IGS - Polo Namibe com base nos resultados do diagnóstico territorial e nas demandas locais identificadas.

Metodologia

Quanto à metodologia adotada na presente investigação, importa salientar que a mesma assenta numa abordagem qualitativa, por permitir compreender fenómenos sociais e institucionais a partir da interpretação das realidades territoriais e das necessidades identificadas no contexto estudado. Marconi e Lakatos (2021) afirmam que a investigação qualitativa é particularmente adequada aos estudos sociais voltados à compreensão crítica das relações institucionais.

Quanto aos fins, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, na medida em que procura descrever as condições socioeconómicas e culturais da Província do Namibe e aprofundar o conhecimento sobre a utilização do diagnóstico territorial como instrumento de orientação da extensão universitária (Gil, 2019).

O método utilizado é o indutivo, partindo da observação de fenómenos particulares para construir generalizações teóricas. Recorre-se à pesquisa bibliográfica, documental e observação indirecta. A unidade de análise é o IGS - Polo Namibe, tendo como campo de acção a extensão universitária e o desenvolvimento territorial (Gil, 2019).

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1.1 Evolução histórica do papel social da universidade

As primeiras universidades europeias surgiram entre os séculos XI e XIII, num contexto marcado pela consolidação das cidades medievais e pelo fortalecimento das estruturas religiosas e políticas. Instituições como Bolonha, Paris e Oxford organizaram-se inicialmente como centros de formação intelectual orientados sobretudo para áreas como Direito, Teologia e Medicina. Nesse período, a função principal da universidade consistia na preservação, interpretação e transmissão do conhecimento acumulado, com reduzida ligação às necessidades concretas da sociedade envolvente (Rüegg, 2011).

Ao longo dos séculos seguintes, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, ocorreram mudanças profundas impulsionadas pelo Iluminismo, pela Revolução Industrial e pela expansão das ciências modernas. A universidade passou gradualmente a incorporar a investigação científica como elemento central da sua missão. O chamado modelo humboldtiano, associado às ideias de Wilhelm von Humboldt e consolidado na Alemanha do século XIX, defendeu a integração entre ensino e investigação, compreendendo a universidade como espaço de produção autónoma do conhecimento e desenvolvimento intelectual da sociedade (Altbach, 2016). A ideia de que o conhecimento académico deveria contribuir activamente para enfrentar problemas sociais ganhou maior expressão apenas ao longo do século XX, sobretudo após os processos de democratização do acesso ao ensino

superior e expansão das políticas públicas de educação.

No entanto, emerge de forma mais estruturada a noção de responsabilidade social universitária. A universidade deixa de ser compreendida exclusivamente como instituição voltada para elites intelectuais e passa a ser reconhecida como agente de desenvolvimento económico, social e cultural. Segundo Trow (2007), a massificação do ensino superior modificou profundamente as expectativas sociais em relação às universidades, ampliando as exigências de participação institucional na resolução dos desafios colectivos.

Na América Latina, essa transformação adquiriu características próprias. Um marco relevante foi o Movimento de Reforma Universitária de Córdoba, ocorrido em 1918, que reivindicou maior democratização da universidade, autonomia institucional e aproximação com os problemas sociais. A partir desse movimento consolidou-se gradualmente o entendimento de que a universidade deveria desenvolver, para além do ensino e da investigação, uma terceira função orientada à extensão universitária (Tünnermann Bernheim, 2008).

A extensão universitária passou então a ser entendida como mecanismo de diálogo entre conhecimento académico e realidade social. Contudo, esse conceito também evoluiu ao longo do tempo. Inicialmente, predominou uma visão assistencialista, na qual a universidade assumia posição central de transmissão de conhecimentos à comunidade. Posteriormente, surgiram abordagens mais participativas que reconhecem a existência de saberes produzidos fora do ambiente académico. Nesse debate, Paulo Freire (1983) apresenta uma crítica relevante ao modelo tradicional de extensão. Para o autor, a universidade não deve limitar-se a “estender” conhecimentos de forma unilateral, mas construir processos de comunicação e aprendizagem recíproca com as comunidades. Sob essa perspectiva, a produção do conhecimento torna-se uma actividade colectiva, baseada no diálogo e na valorização das experiências sociais.

Em discussão mais recente, Santos (2011) argumenta que as universidades contemporâneas enfrentam o desafio de superar modelos excessivamente fechados e fortalecer aquilo que denomina ecologia de saberes, isto é, o reconhecimento da coexistência entre conhecimento científico e outros conhecimentos produzidos socialmente. Para o autor, uma universidade socialmente comprometida necessita

estabelecer relações permanentes com os problemas concretos dos territórios onde actua.

No cenário internacional actual, organismos multilaterais também passaram a defender uma redefinição do papel social das instituições de ensino superior. A UNESCO (2015) sustenta que a educação superior deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a inclusão social e para a construção de sociedades mais participativas. Essa perspectiva foi reforçada pela Agenda 2030 das Nações Unidas, que reconhece a educação como elemento estruturante para alcançar objectivos relacionados ao desenvolvimento económico, redução das desigualdades e fortalecimento institucional (United Nations, 2015).

Entretanto, a extensão universitária se torna uma dimensão estratégica para instituições como o IGS – Polo Namibe, ao permitir que o conhecimento académico dialogue com os desafios socioeconómicos e culturais identificados no território e contribua para a construção de respostas institucionalmente sustentáveis. Compreender essa evolução torna-se importante para analisar, como a extensão universitária passou a ocupar lugar estratégico na aproximação entre universidade e desenvolvimento territorial.

1.1.1 Universidade e desenvolvimento local

A compreensão contemporânea da universidade ultrapassa significativamente a ideia tradicional de instituição dedicada exclusivamente ao ensino e à produção científica. Embora estas continuem a constituir funções centrais do ensino superior, o contexto actual tem exigido das universidades uma participação mais activa na resposta aos desafios económicos, sociais e culturais dos territórios onde actuam. Neste sentido, a relação entre universidade e desenvolvimento local ganhou relevância crescente nos debates académicos e nas políticas internacionais de educação.

Historicamente, o desenvolvimento foi frequentemente entendido a partir de indicadores predominantemente económicos, como crescimento do rendimento e expansão produtiva. Contudo, abordagens mais recentes passaram a defender uma concepção mais ampla, incorporando dimensões sociais, culturais, ambientais e institucionais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento local não se limita ao aumento da actividade económica, mas envolve também fortalecimento das capacidades

humanas, valorização dos recursos territoriais e ampliação das oportunidades de participação social (Sen, 2010).

É neste quadro que a universidade passa a assumir papel estratégico. Enquanto instituição produtora e difusora de conhecimento, possui potencial para actuar como agente de transformação territorial, contribuindo para fortalecer competências locais, apoiar processos de inovação e responder às necessidades específicas das comunidades. Segundo Etzkowitz e Leydesdorff (2000), as universidades deixaram de ocupar posição periférica nos processos de desenvolvimento e passaram a integrar, juntamente com o Estado e os sectores económicos, estruturas mais dinâmicas de produção de conhecimento e desenvolvimento regional.

A ligação entre universidade e desenvolvimento local torna-se particularmente relevante em contextos onde persistem desafios relacionados com inclusão social, geração de oportunidades económicas e redução das desigualdades territoriais. Nessas circunstâncias, espera-se que as instituições de ensino superior desenvolvam mecanismos que permitam transformar conhecimento científico em benefícios concretos para a sociedade. Não se trata apenas de formar profissionais, mas também de criar condições para que a actividade universitária produza impacto social sustentável.

É precisamente neste ponto que a extensão universitária assume centralidade. Entre as diferentes funções desempenhadas pela universidade, a extensão emerge como espaço privilegiado de diálogo entre instituição académica e realidade social. Contudo, o significado da extensão universitária sofreu alterações importantes ao longo do tempo.

Nas suas primeiras formulações, predominou uma visão extensionista centrada na transferência unilateral de conhecimentos, em que a universidade era vista como fonte exclusiva de saber e a comunidade como destinatária passiva. Essa concepção foi fortemente questionada por Paulo Freire (1983), que argumentou que o conhecimento não deve ser imposto, mas construído através da comunicação e da participação entre os sujeitos envolvidos. Para Freire, a verdadeira extensão universitária exige escuta, diálogo e reconhecimento dos saberes existentes nas comunidades.

Actualmente, ela é entendida como processo académico orientado para a integração entre ensino, investigação e intervenção social. O objectivo deixa de ser apenas levar conhecimento para fora da universidade e passa a incluir também a incorporação das experiências e necessidades sociais na própria construção do conhecimento.

Esta mudança foi reforçada por organismos internacionais ligados ao ensino superior. A UNESCO (2015) defende que as universidades devem contribuir activamente para enfrentar desafios contemporâneos relacionados com desigualdade, sustentabilidade, cidadania e desenvolvimento humano. Na mesma direcção, a Agenda 2030 das Nações Unidas reconhece o papel das instituições educativas na promoção do desenvolvimento sustentável e na criação de soluções ajustadas às realidades locais (United Nations, 2015).

Segundo Dias Sobrinho (2010), a extensão universitária deve ser compreendida não como actividade complementar ou secundária, mas como dimensão estruturante da universidade contemporânea, responsável por conectar produção científica, formação académica e compromisso social. Nesta lógica, ensino, investigação e extensão deixam de actuar separadamente e passam a constituir processos interdependentes. Boaventura de Sousa Santos (2011) reforça esta perspectiva ao afirmar que uma universidade socialmente comprometida precisa produzir conhecimento em permanente interacção com os problemas concretos da sociedade. Para o autor, o fortalecimento da extensão universitária representa uma possibilidade de superar modelos académicos excessivamente fechados e construir relações mais democráticas entre universidade e comunidade.

Aplicada ao contexto desta investigação, esta abordagem torna-se particularmente relevante para compreender o papel do IGS – Polo Namibe. Num território caracterizado por desafios e potencialidades nos sectores da pesca, agricultura, turismo e inclusão social, a extensão universitária pode constituir um instrumento de aproximação entre conhecimento académico e necessidades locais. Para que tal ocorra, torna-se necessário que as prioridades institucionais sejam definidas com base no conhecimento do território, reforçando a importância do diagnóstico territorial como suporte para a formulação de diretrizes extensionistas consistentes e socialmente relevantes.

1.2 Diagnóstico territorial: fundamentos conceptuais e metodológicos

1.2.1 Conceito e dimensões do diagnóstico territorial

O diagnóstico territorial constitui um instrumento analítico utilizado para compreender, de forma sistemática, as características, dinâmicas, necessidades e potencialidades de um determinado território. Mais do que uma simples recolha de dados, trata-se de um processo de interpretação da realidade que procura identificar factores económicos, sociais, culturais, institucionais e ambientais que influenciam o desenvolvimento local. Nesta perspectiva, o território deixa de ser entendido apenas como espaço físico e passa a ser compreendido como um espaço socialmente construído, onde actores, recursos, relações e formas de organização produzem diferentes oportunidades e desafios. Para Koga (2011), conhecer o território significa compreender as condições concretas de vida das populações e reconhecer que as decisões institucionais se tornam mais consistentes quando fundamentadas nas especificidades locais.

Do ponto de vista conceptual, o diagnóstico territorial apresenta natureza multidimensional. A análise territorial não se limita a indicadores económicos ou demográficos, mas incorpora diferentes dimensões que permitem interpretar a realidade de forma integrada. Entre essas dimensões destacam-se a dimensão socioeconómica, relacionada com condições de emprego, rendimento, produção e acesso a serviços; a dimensão cultural, associada às práticas sociais, identidades e formas de organização comunitária; a dimensão institucional, ligada às capacidades organizacionais e de governação e a dimensão territorial propriamente dita, que envolve recursos disponíveis, dinâmicas espaciais e características locais de desenvolvimento. Segundo Boisier (2005), o desenvolvimento territorial depende precisamente da articulação entre recursos materiais e capacidades sociais presentes em determinado espaço, tornando o diagnóstico um instrumento essencial para orientar processos de decisão.

Para além da sua função descritiva, o diagnóstico territorial possui forte utilidade metodológica como instrumento de planeamento institucional. Instituições públicas, privadas e educativas recorrem ao diagnóstico para reduzir decisões baseadas apenas em percepções gerais e aproximar o planeamento das

necessidades efectivamente existentes. De acordo com Matus (1996), o planeamento institucional torna-se mais eficaz quando parte da compreensão concreta dos problemas e da capacidade de priorizar intervenções em função do contexto observado.

Nesse processo, os indicadores socioeconómicos e culturais assumem papel central na análise territorial, uma vez que permitem transformar fenómenos sociais complexos em elementos observáveis e comparáveis. Indicadores relacionados com educação, emprego, rendimento, actividade económica, inclusão social, participação comunitária e condições de vida oferecem bases objectivas para identificar prioridades institucionais. Contudo, autores como Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) alertam que os indicadores quantitativos, isoladamente, não são suficientes para compreender o desenvolvimento, sendo necessário integrar aspectos qualitativos ligados às experiências sociais e culturais das populações.

1.3 Desenvolvimento territorial e intervenção universitária

1.3.1 Conceito de desenvolvimento territorial

O conceito de desenvolvimento territorial surgiu como resposta às limitações das abordagens tradicionais de desenvolvimento centradas exclusivamente no crescimento económico. Ao longo do tempo, tornou-se evidente que o aumento da produção ou do rendimento não garantia, por si só, melhoria das condições de vida das populações nem redução das desigualdades entre territórios. Nesse contexto, o desenvolvimento territorial passou a ser compreendido como um processo construído a partir das características, recursos, capacidades e relações existentes em cada território. Para Boisier (2005), o território deve ser entendido como espaço de articulação entre actores e recursos locais, sendo o desenvolvimento resultado da capacidade colectiva de mobilizar essas potencialidades para produzir mudanças sustentáveis.

A ampliação desta compreensão do desenvolvimento ganhou maior consistência internacional com a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável. O marco mais influente continua a ser o relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que definiu desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente

sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades (World Commission on Environment and Development, 1987). Esta visão foi posteriormente reforçada pela Agenda 2030 das Nações Unidas, aprovada em 2015, que estabeleceu os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável como referência global para integrar crescimento económico, inclusão social e sustentabilidade ambiental (United Nations, 2015).

A intervenção universitária orientada para o desenvolvimento territorial exige, contudo, que a universidade ultrapasse modelos de actuação centrados exclusivamente na produção interna do conhecimento e fortaleça mecanismos de participação comunitária. O reconhecimento de que as comunidades possuem saberes próprios e capacidade activa de transformação social tornou-se elemento central das abordagens contemporâneas de desenvolvimento. Para Freire (1987), processos de mudança sustentáveis dependem do diálogo entre diferentes formas de conhecimento e da participação efectiva dos sujeitos na identificação dos seus próprios problemas e na construção das soluções. Aplicada à extensão universitária, esta perspectiva implica que as instituições de ensino superior actuem como espaços de mediação, cooperação e aprendizagem mútua com os actores locais. Assim, a construção de soluções territorialmente adequadas deixa de resultar apenas de decisões institucionais e passa a depender da integração entre conhecimento académico, participação comunitária e prioridades efectivamente identificadas no território.

Importa também nesse contexto, o conceito de extensão universitária, que pode ser compreendida, numa perspectiva clássica, como um processo de comunicação e construção conjunta do conhecimento entre universidade e sociedade, superando a ideia de mera transmissão unilateral do saber académico. Para Paulo Freire (1983), a extensão deve abandonar práticas assistencialistas e assumir carácter dialógico, no qual universidade e comunidade aprendem reciprocamente que a extensão não consiste em estender algo a alguém, mas em construir conhecimento em comunicação com os sujeitos sociais (Freire, 1983). Numa abordagem contemporânea, UNESCO (2024) entende a extensão universitária como uma função estratégica do ensino superior orientada para o compromisso social, produção de impacto territorial e contribuição para o desenvolvimento sustentável por meio da integração entre ensino, investigação e envolvimento comunitário (UNESCO, 2024).

2. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DO NAMIBE

2.1 Contextualização socioeconómica e cultural do Namibe

A Província do Namibe ocupa uma posição singular no contexto territorial angolano devido à combinação entre diversidade geográfica, recursos naturais, dinâmica económica e riqueza sociocultural. Localizada na região sudoeste de Angola, possui uma extensão territorial ampla, marcada pela coexistência entre áreas costeiras, zonas semiáridas e espaços influenciados pelo deserto do Namibe. Esta configuração territorial contribuiu historicamente para formas específicas de ocupação humana, organização económica e adaptação das comunidades locais às condições ambientais. Segundo os resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2024, o Namibe registou uma população de aproximadamente 815 mil habitantes, evidenciando crescimento expressivo em comparação com o último censo e confirmando uma tendência de expansão demográfica observada na última década. A distribuição populacional permanece concentrada nos principais centros urbanos, sobretudo no município de Moçâmedes, embora existam importantes dinâmicas populacionais em municípios com forte ligação às actividades económicas tradicionais da província.

Do ponto de vista socioeconómico, o Namibe apresenta uma estrutura produtiva fortemente associada aos sectores primário e terciário, com destaque para a pesca, agricultura, comércio, actividades portuárias e turismo. A actividade pesqueira ocupa posição estratégica na economia provincial devido à localização costeira e à tradição histórica das comunidades ligadas ao mar, especialmente em áreas como Saco Mar, Lucira, Tômbwa e Moçâmedes. Paralelamente, a agricultura e a pecuária continuam a desempenhar papel relevante para subsistência e abastecimento local, apesar dos desafios impostos pelas condições climáticas e pela disponibilidade hídrica. O turismo também tem adquirido importância crescente, impulsionado pelo património natural e paisagístico da província, incluindo áreas de elevado valor ecológico e potencial para actividades sustentáveis. Contudo, ao lado destas potencialidades, persistem desafios relacionados com emprego, qualificação profissional, inclusão social, diversificação económica e fortalecimento das capacidades institucionais para responder ao crescimento populacional e às transformações territoriais recentes. A leitura destes elementos permite compreender que o desenvolvimento territorial do Namibe depende não apenas da disponibilidade

de recursos, mas também da capacidade de converter potencial económico em melhoria efectiva das condições de vida da população.

Para além das dimensões económicas, o território do Namibe caracteriza-se por expressiva diversidade cultural e social, constituída por diferentes formas de organização comunitária, práticas tradicionais e identidades locais. A província abriga grupos populacionais com trajectórias históricas distintas e modos específicos de relação com o território, incluindo comunidades tradicionalmente ligadas ao pastoreio, à pesca e às actividades rurais. Esta diversidade constitui um elemento central para qualquer processo de diagnóstico territorial, uma vez que as estratégias de desenvolvimento e intervenção institucional tendem a produzir melhores resultados quando reconhecem os contextos culturais locais e incorporam mecanismos de participação comunitária. Conforme argumenta Sen (2010), o desenvolvimento não deve ser reduzido à expansão económica, mas entendido como ampliação das capacidades humanas e das oportunidades concretas de participação social. Contudo, compreender as dinâmicas culturais do Namibe torna-se particularmente relevante para orientar iniciativas de extensão universitária capazes de estabelecer diálogo entre conhecimento académico, necessidades territoriais e expectativas das comunidades locais.

2.2 Principais desafios socioeconómicos relevantes para a extensão universitária

A Província do Namibe apresenta condições territoriais que lhe conferem vantagens económicas relevantes, mas também desafios estruturais que influenciam directamente os processos de desenvolvimento local. Entre os sectores mais representativos encontra-se a pesca, actividade historicamente associada à identidade económica da província e à subsistência de numerosas comunidades costeiras. Apesar da importância do sector e do crescimento registado nos últimos anos, persistem limitações relacionadas com infra estruturas de apoio, conservação e transformação do pescado, monitorização da actividade e fortalecimento da cadeia de valor local. Estudos recentes sobre a pesca artesanal no Namibe demonstram que dificuldades no armazenamento, transporte e comercialização reduzem o aproveitamento económico do sector e afectam o rendimento das comunidades dependentes desta actividade (Hanamulamba et al., 2025). Ao mesmo tempo,

investigações sobre sustentabilidade pesqueira na província apontam a necessidade de reforçar sistemas de gestão territorial e integração entre conhecimento técnico e práticas comunitárias para garantir maior equilíbrio entre exploração económica e conservação dos recursos.

No sector agrícola, o Namibe enfrenta desafios associados às condições climáticas semiáridas, à irregularidade da disponibilidade hídrica e à necessidade de modernização produtiva. Ainda assim, a província tem demonstrado capacidade crescente de diversificação económica e fortalecimento da produção agropecuária, impulsionada por iniciativas públicas e expansão da agricultura familiar. Dados institucionais recentes indicam que o Namibe se consolidou como importante produtor agrícola nacional, com destaque para culturas hortícolas e fortalecimento de cooperativas locais. Contudo, permanecem desafios relacionados com assistência técnica, produtividade, acesso a infra-estruturas rurais e criação de oportunidades económicas sustentáveis para as comunidades agrícolas. Neste contexto, a extensão universitária pode assumir papel relevante ao apoiar processos de formação, inovação local e articulação entre conhecimento científico e necessidades produtivas do território.

O turismo constitui igualmente uma área de elevado potencial estratégico para o desenvolvimento territorial da província. A combinação entre património natural, paisagens desérticas, riqueza costeira e diversidade cultural coloca o Namibe numa posição diferenciada no contexto nacional. Nos últimos anos têm sido desenvolvidas iniciativas voltadas para revitalização do sector turístico e melhoria das condições de aproveitamento económico do território. Todavia, continuam presentes obstáculos relacionados com infra-estruturas, valorização dos recursos culturais, qualificação profissional e integração das comunidades locais nos benefícios gerados pelo turismo. A literatura sobre desenvolvimento territorial demonstra que o crescimento do turismo tende a produzir resultados mais sustentáveis quando acompanhado por participação comunitária, fortalecimento institucional e valorização das capacidades locais (Boisier, 2005). Para instituições de ensino superior, este cenário cria oportunidades para desenvolver actividades extensionistas orientadas para formação, empreendedorismo e apoio ao desenvolvimento local.

Para além dos desafios económicos, o território do Namibe apresenta questões relacionadas com inclusão social e fortalecimento comunitário que exigem

abordagens integradas de intervenção. O desenvolvimento territorial não depende exclusivamente do crescimento económico, mas também da ampliação das capacidades humanas e da participação efectiva das populações nos processos de transformação social. Conforme argumenta Sen (2010), o desenvolvimento deve ser entendido como expansão das liberdades e oportunidades concretas das pessoas. Nesta perspectiva, iniciativas universitárias orientadas para extensão podem contribuir para fortalecer redes comunitárias, promover acesso ao conhecimento e ampliar capacidades locais de resposta aos desafios territoriais. Assim, a identificação destes desafios socioeconómicos torna-se elemento central para definir prioridades institucionais do IGS – Polo Namibe e orientar acções extensionistas mais próximas das necessidades efectivamente existentes no território.

2.3 Potencialidades territoriais para intervenção universitária

Para além dos desafios anteriormente identificados, a Província do Namibe apresenta um conjunto de potencialidades territoriais que podem constituir base estratégica para iniciativas de desenvolvimento local e para o fortalecimento da intervenção universitária. A noção contemporânea de desenvolvimento territorial parte do entendimento de que cada território possui recursos específicos que, quando mobilizados de forma articulada, podem gerar oportunidades económicas, sociais e institucionais sustentáveis. No caso do Namibe, destacam-se recursos associados à posição geográfica costeira, à actividade pesqueira, à agricultura adaptada às condições locais, ao património natural, ao turismo e ao capital humano existente nas comunidades. Conforme argumenta Boisier (2005), o desenvolvimento territorial depende menos da simples disponibilidade de recursos e mais da capacidade dos actores locais de os transformar em oportunidades colectivas de desenvolvimento. Assim, compreender as potencialidades existentes torna-se condição necessária para orientar intervenções universitárias ajustadas à realidade provincial.

Entre essas potencialidades, merece destaque a possibilidade de articulação entre instituições públicas, instituições de ensino superior, organizações comunitárias e sectores produtivos locais. Segundo Etzkowitz e Leydesdorff (2000) defendem que universidades, governo e sectores económicos podem formar estruturas colaborativas capazes de estimular inovação e desenvolvimento regional.

No contexto do Namibe, esta articulação pode incluir actores ligados às pescas, agricultura, turismo, administração local, organizações sociais e iniciativas comunitárias, permitindo construir respostas mais integradas para os desafios territoriais identificados.

Neste cenário, a universidade deixa de ocupar uma posição periférica e assume função activa como instituição capaz de produzir conhecimento aplicado, apoiar processos de formação e fortalecer capacidades locais. A intervenção universitária não deve ser compreendida apenas como transferência técnica de conhecimentos, mas como construção de relações permanentes entre investigação, formação académica e necessidades sociais concretas. Segundo Santos (2011), uma universidade socialmente comprometida deve reconhecer que a produção do conhecimento ocorre em diálogo com os territórios e com os sujeitos que os compõem. Esta perspectiva torna-se particularmente relevante para instituições como o IGS – Polo Namibe, que actuam em contextos marcados por diversidade territorial e desafios de desenvolvimento.

Neste enquadramento, a extensão universitária emerge como mecanismo privilegiado para transformar potencialidades territoriais em impacto social efectivo. Quando orientada por diagnósticos territoriais e construída em cooperação com actores locais, a extensão pode contribuir para ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer capacidades institucionais e promover soluções ajustadas às realidades comunitárias. Paulo Freire (1983) indica que a relação entre universidade e comunidade não deve ocorrer por imposição de saberes, mas através de processos de comunicação e aprendizagem recíproca. Assim, a extensão universitária deixa de representar uma actividade complementar e passa a constituir instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, permitindo que instituições como o IGS – Polo Namibe reforcem a sua função social e ampliem a relevância das suas intervenções junto às comunidades locais.

3. PRIORIZAÇÃO DOS DESAFIOS TERRITORIAIS PARA ORIENTAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1 Identificação dos desafios prioritários do Namibe

A identificação de desafios prioritários constitui uma etapa central do diagnóstico territorial, pois permite transformar informações dispersas sobre o

território em referências concretas para definição de intervenções institucionais.

No caso da Província do Namibe, os desafios territoriais não devem ser compreendidos apenas como limitações económicas isoladas, mas como fenómenos interligados que influenciam as condições de vida das populações e as possibilidades de desenvolvimento local. A literatura sobre planeamento territorial demonstra que a priorização de problemas exige observar simultaneamente necessidades sociais, recursos disponíveis, capacidades institucionais e potencial de impacto das intervenções (Matus, 1996). Nesta perspectiva, o presente estudo considera que a identificação dos desafios territoriais deve servir de base para orientar as acções extensionistas do IGS – Polo Namibe, aproximando a actividade universitária das necessidades efectivamente presentes no território.

Entre as necessidades socioeconómicas com maior relevância para a intervenção universitária destacam-se questões relacionadas com fortalecimento das actividades produtivas locais, ampliação das oportunidades de formação, valorização das capacidades comunitárias e promoção de condições mais sustentáveis de desenvolvimento. Os sectores da pesca, agricultura e turismo, anteriormente analisados, revelam potencial económico significativo, mas também apresentam desafios associados à qualificação técnica, inovação, organização produtiva e aproveitamento dos recursos existentes. Para Sen (2010), o desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo crescimento económico, mas pela capacidade das pessoas expandirem as suas oportunidades e exercerem escolhas reais sobre as suas condições de vida. Sob esta perspectiva, a universidade pode contribuir não apenas com conhecimento técnico, mas também com mecanismos de fortalecimento das capacidades humanas e institucionais do território.

Para além das dimensões económicas, o diagnóstico territorial exige atenção às necessidades culturais que influenciam directamente os processos de desenvolvimento local. As dinâmicas culturais presentes no Namibe representam património social relevante e constituem elemento estruturante das formas de organização comunitária, dos modos de utilização do território e da construção das identidades locais. Ignorar essas dimensões pode reduzir a eficácia das intervenções institucionais e limitar a participação das comunidades nos processos de transformação social. Freire (1987) defende que intervenções orientadas para o desenvolvimento devem reconhecer os sujeitos como participantes activos e valorizar

os conhecimentos produzidos no contexto das suas experiências concretas. Nesse sentido, necessidades relacionadas com inclusão social, fortalecimento comunitário, participação local e valorização cultural devem integrar os processos de definição das prioridades universitárias.

A priorização territorial, por sua vez, requer critérios que permitam seleccionar áreas de intervenção de forma racional, contextualizada e socialmente relevante. Para este estudo, consideram-se como critérios orientadores: relevância social do problema identificado; número potencial de beneficiários, possibilidade de intervenção institucional pelo IGS – Polo Namibe, potencial de fortalecimento do desenvolvimento local e alinhamento com princípios de sustentabilidade e participação comunitária. Segundo Koga (2011), o território deve ser analisado como espaço vivido e não apenas administrado, exigindo que as decisões institucionais considerem as relações concretas estabelecidas pelas populações com o seu contexto social.

3.2 Relação entre necessidades locais e actuação do Instituto Superior Gregório Semedo – Polo Namibe

A relação entre universidade e território torna-se mais consistente quando as intervenções institucionais deixam de ser orientadas exclusivamente por prioridades internas e passam a considerar as necessidades concretas das comunidades onde a instituição está inserida. Neste sentido, o diagnóstico territorial não possui apenas função descritiva, mas constitui instrumento de aproximação entre capacidades institucionais e desafios locais. No caso do IGS – Polo Namibe, a articulação entre extensão universitária e desenvolvimento territorial exige compreender em que medida os recursos académicos, organizacionais e humanos disponíveis podem ser mobilizados para responder às necessidades socioeconómicas e culturais identificadas na província. Segundo UNESCO (2015), instituições de ensino superior socialmente relevantes são aquelas que conseguem transformar conhecimento em impacto concreto, promovendo formas de aprendizagem conectadas às realidades territoriais.

A capacidade institucional para intervenção extensionista não deve ser entendida apenas como disponibilidade de infra-estruturas ou existência formal de programas universitários. Trata-se também da possibilidade de mobilizar

competências académicas, estabelecer redes de cooperação e criar mecanismos permanentes de aproximação com os actores sociais. De acordo com Dias Sobrinho (2010), a universidade contemporânea fortalece a sua legitimidade social quando integra ensino, investigação e extensão em torno de problemas reais da sociedade. Nesta perspectiva, o IGS – Polo Namibe poderá ampliar o alcance das suas acções na medida em que desenvolva práticas orientadas para observação territorial, produção de conhecimento aplicado e participação comunitária. Assim, as capacidades institucionais existentes devem ser interpretadas não apenas como recursos instalados, mas como potencial de articulação entre conhecimento académico e necessidades do território.

A partir dos desafios identificados no contexto do Namibe, observam-se áreas com elevado potencial para intervenção extensionista. Os sectores ligados às pescas, agricultura, turismo e inclusão social apresentam condições para desenvolvimento de actividades académicas orientadas à formação comunitária, capacitação técnica, apoio à inovação local e fortalecimento organizacional. A literatura sobre desenvolvimento territorial demonstra que intervenções universitárias produzem resultados mais consistentes quando priorizam processos colaborativos e reconhecem o conhecimento produzido pelas próprias comunidades (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000). Nesta lógica, a extensão universitária deixa de representar apenas prestação de serviços e passa a funcionar como espaço de aprendizagem mútua, no qual universidade e território constroem respostas conjuntamente.

O alinhamento entre território e missão institucional constitui, por isso, elemento determinante para a sustentabilidade das acções extensionistas. Para Santos (2011), a universidade contemporânea enfrenta o desafio de superar modelos excessivamente fechados e assumir compromisso efectivo com as transformações sociais do contexto em que actua. Aplicado ao IGS – Polo Namibe, este entendimento sugere que a definição das prioridades institucionais deve considerar simultaneamente os objectivos académicos da instituição e as necessidades identificadas através do diagnóstico territorial. Desta forma, a extensão universitária deixa de ser actividade complementar e passa a constituir mecanismo estratégico para consolidar o papel social da universidade, fortalecer o desenvolvimento territorial e ampliar a relevância institucional perante as comunidades locais.

3.3 Síntese analítica do diagnóstico territorial

A análise territorial desenvolvida ao longo deste estudo permite observar que a Província do Namibe reúne simultaneamente desafios estruturais e potencialidades estratégicas para o desenvolvimento local. Os elementos analisados indicam que sectores como pescas, agricultura, turismo e inclusão social ocupam posição central na dinâmica socioeconómica provincial e apresentam elevado potencial para articulação com iniciativas universitárias. Ao mesmo tempo, identificam-se necessidades relacionadas com fortalecimento das capacidades locais, qualificação técnica, valorização dos recursos territoriais e ampliação das oportunidades de participação comunitária. Esta leitura reforça a ideia de que o desenvolvimento territorial não depende apenas da disponibilidade de recursos económicos, mas também da capacidade institucional de compreender o território e organizar intervenções ajustadas às realidades existentes. Conforme argumenta Boisier (2005), os territórios produzem melhores resultados quando conseguem transformar recursos disponíveis em processos colectivos de desenvolvimento.

Entre as principais evidências decorrentes do diagnóstico destaca-se a necessidade de aproximar a intervenção universitária das dinâmicas concretas do contexto local. A análise demonstra que o território não deve ser interpretado apenas como espaço geográfico de actuação institucional, mas como realidade social complexa, composta por necessidades, actores, identidades e oportunidades específicas. Nesta perspectiva, o diagnóstico territorial assume função estratégica ao permitir identificar áreas prioritárias e reduzir decisões institucionais baseadas exclusivamente em critérios internos. Segundo Koga (2011), compreender o território implica reconhecer os modos concretos de vida das populações e construir mecanismos institucionais capazes de responder às suas experiências reais. Aplicado ao contexto do IGS – Polo Namibe, este entendimento reforça a necessidade de estruturar práticas extensionistas orientadas por conhecimento territorial e não apenas por iniciativas académicas isoladas.

As implicações desta análise para definição das prioridades institucionais apontam para a construção de uma extensão universitária mais integrada, participativa e territorialmente orientada. Em vez de concentrar esforços em intervenções genéricas, o diagnóstico sugere a necessidade de seleccionar áreas temáticas capazes de gerar maior impacto social e fortalecer a relação entre

universidade e comunidade. Tal orientação está alinhada com a perspectiva defendida por Santos (2011), segundo a qual a universidade contemporânea deve assumir compromisso efectivo com os problemas sociais do seu contexto de inserção. Deste modo, os resultados analíticos aqui sistematizados constituem base para a formulação das diretrizes de extensão universitária do IGS – Polo Namibe.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO INSTITUTO SUPERIOR GREGÓRIO SEMEDO – POLO NAMIBE

4.1 Formulação das diretrizes de extensão universitária

A formulação de diretrizes estratégicas de extensão universitária para o IGS – Polo Namibe parte do princípio de que a universidade pode desempenhar papel activo na construção do desenvolvimento territorial. O diagnóstico desenvolvido ao longo deste estudo permitiu identificar que os sectores da pesca, agricultura, turismo e inclusão social apresentam simultaneamente desafios e potencialidades capazes de orientar intervenções universitárias socialmente relevantes. Nesta perspectiva, propõe-se que a extensão universitária seja concebida como instrumento permanente de ligação entre produção do conhecimento, participação comunitária e fortalecimento das capacidades locais. Conforme defende Santos (2011), a universidade contemporânea amplia a sua relevância quando transforma conhecimento académico em respostas concretas para os problemas sociais do território.

Com base nesta compreensão, sugerem-se quatro eixos temáticos prioritários para orientar a estratégia extensionista do IGS – Polo Namibe:

1. Desenvolvimento sustentável da pesca e valorização das comunidades costeiras;
2. Fortalecimento da agricultura e inovação territorial;
3. Promoção do turismo como mecanismo de desenvolvimento local;
4. Inclusão social e fortalecimento comunitário.

Estes eixos procuram responder directamente aos desafios anteriormente identificados e alinham-se com abordagens contemporâneas que defendem uma universidade mais comprometida com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo a UNESCO (2015), as instituições de ensino superior devem contribuir para produzir soluções adaptadas às necessidades territoriais e promover formas mais inclusivas de desenvolvimento.

A partir destes eixos, propõem-se como objectivos estratégicos da extensão universitária: aproximar o IGS das comunidades locais, estimular produção e circulação social do conhecimento, promover capacitação técnica e comunitária, fortalecer redes institucionais locais e ampliar o impacto social das actividades académicas. Espera-se que estas orientações contribuam para criar uma cultura institucional baseada na cooperação entre universidade e território, substituindo intervenções pontuais por acções continuadas e articuladas.

Entre os resultados esperados destacam-se maior participação comunitária, fortalecimento das capacidades locais, desenvolvimento de soluções contextualizadas e aumento da visibilidade institucional do IGS junto às comunidades da Província do Namibe.

- No plano operacional, o primeiro eixo estratégico corresponde à criação de programas de extensão orientados para o sector das pescas. As acções propostas incluem actividades de formação comunitária sobre gestão sustentável dos recursos, oficinas de apoio à organização produtiva, educação ambiental e iniciativas de transferência de conhecimento técnico adaptado às condições locais. Como meta indicativa para o período 2026 – 2027, sugere-se implementação de actividades extensionistas em comunidades costeiras prioritárias, mobilizando docentes, estudantes e parceiros institucionais. Os recursos necessários incluem estrutura logística básica, apoio técnico e articulação institucional, ficando a coordenação recomendada para os órgãos académicos e estruturas responsáveis pela extensão universitária.
- O segundo eixo corresponde aos programas de extensão para agricultura e desenvolvimento rural. As acções poderão incluir capacitação em práticas agrícolas adaptadas ao território, actividades educativas voltadas para inovação local, apoio técnico comunitário e promoção de redes de partilha de

conhecimento. Como meta estratégica, propõe-se ampliar o diálogo entre universidade e comunidades agrícolas durante o período de implementação da estratégia. Segundo Sen (2010), o desenvolvimento sustentável exige ampliação das capacidades humanas e fortalecimento das possibilidades concretas de participação económica e social, o que reforça o potencial da universidade como agente de apoio ao desenvolvimento territorial.

- No sector do turismo, propõe-se desenvolver programas extensionistas voltados para valorização dos recursos locais, sensibilização comunitária, formação complementar e incentivo a iniciativas ligadas ao património natural e cultural da província. As metas previstas incluem realização de actividades formativas e promoção de redes de cooperação entre actores locais.
- No domínio da inclusão social, recomenda-se implementação de programas orientados para educação comunitária, cidadania, fortalecimento organizacional e participação local.

Estas iniciativas deverão priorizar metodologias participativas e processos de aprendizagem recíproca, em conformidade com a perspectiva defendida por Freire (1983), segundo a qual intervenções sociais sustentáveis dependem do diálogo entre universidade e comunidade.

Para assegurar a implementação da estratégia, propõe-se organização em três fases complementares ao longo do período 2026 – 2027: fase inicial de planeamento institucional e articulação com actores territoriais, fase intermédia de execução das actividades extensionistas e fase final de avaliação e consolidação das acções desenvolvidas. A monitorização deverá ocorrer de forma contínua, utilizando indicadores relacionados com número de actividades realizadas, participação comunitária, áreas territoriais alcançadas, produção de conhecimento aplicado e grau de articulação institucional estabelecida.

A sustentabilidade institucional da estratégia dependerá da capacidade do IGS – Polo Namibe de integrar a extensão universitária na sua dinâmica académica regular e consolidar mecanismos permanentes de acompanhamento. Para tal, recomenda-se institucionalização gradual de práticas de diagnóstico territorial, fortalecimento das estruturas de coordenação extensionista e estabelecimento de parcerias locais de médio e longo prazo. Conforme argumentam Etzkowitz e Leydesdorff (2000), instituições educativas produzem maior impacto quando actuam

em articulação com outros actores sociais e económicos do território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo geral analisar os principais desafios socioeconómicos e culturais da Província do Namibe, identificados por meio do diagnóstico territorial, com vista à definição de prioridades para a formulação das diretrizes de extensão universitária do IGS Polo Namibe no período de 2025 a 2026. A investigação partiu do reconhecimento de que a extensão universitária tende a produzir maior impacto quando estruturada a partir do conhecimento das realidades territoriais e das necessidades concretas das comunidades onde a instituição está inserida.

A análise desenvolvida permitiu compreender que o território do Namibe apresenta características que combinam potencialidades económicas relevantes com desafios persistentes de natureza social, institucional e territorial. Entre os sectores com maior relevância para intervenção universitária destacaram-se as pescas, a agricultura, o turismo e a inclusão social, não apenas pelo seu peso na dinâmica provincial, mas também pela capacidade de gerar oportunidades de desenvolvimento quando articulados com iniciativas de produção e circulação do conhecimento. Ao mesmo tempo, verificou-se que o desenvolvimento territorial exige abordagens que ultrapassem perspectivas exclusivamente económicas e considerem igualmente aspectos culturais, participação comunitária e fortalecimento das capacidades locais.

Em resposta ao problema de investigação, o estudo permitiu concluir que as prioridades institucionais para extensão universitária devem concentrar-se em áreas capazes de produzir impacto social e fortalecer a relação entre universidade e território. Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de orientar as futuras intervenções extensionistas para acções de capacitação comunitária, valorização dos sectores produtivos locais, apoio ao desenvolvimento sustentável e promoção de mecanismos permanentes de diálogo entre actores institucionais e comunidades.

A investigação também demonstrou que o diagnóstico territorial constitui instrumento relevante para o planeamento institucional, na medida em que permite reduzir intervenções desarticuladas das realidades locais e favorecer decisões mais

consistentes e territorialmente fundamentadas. A utilização deste instrumento mostrou potencial para apoiar o IGS – Polo Namibe na definição de prioridades, selecção de áreas estratégicas de actuação e construção de programas extensionistas alinhados às necessidades identificadas no território.

No plano institucional, o estudo reforça a compreensão de que a extensão universitária não deve ser concebida como actividade complementar ou isolada, mas como dimensão estratégica da missão universitária. Ao integrar ensino, produção do conhecimento e compromisso social, a universidade amplia a sua capacidade de intervenção e fortalece a sua relevância perante a sociedade. Neste enquadramento, as diretrizes propostas ao longo do trabalho representam uma possibilidade de aproximação entre objectivos académicos e desafios concretos do desenvolvimento territorial do Namibe.

Por fim, reconhece-se que o carácter qualitativo, descritivo e exploratório da investigação delimitou o alcance dos resultados às finalidades analíticas e propositivas do estudo. Ainda assim, os elementos sistematizados oferecem contributos para futuras investigações e para o aperfeiçoamento das práticas extensionistas.

Recomenda-se que estudos posteriores aprofundem a recolha empírica junto dos actores territoriais e avaliem, em contexto real de implementação, os efeitos das diretrizes extensionistas propostas, contribuindo para consolidar uma universidade cada vez mais conectada com as necessidades e potencialidades do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altbach, P. G. (2016). *Global perspectives on higher education*. Johns Hopkins University Press.

Boisier, S. (2005). Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? *Revista de la CEPAL*, 86, 47–62.

Dias Sobrinho, J. (2010). *Universidade e avaliação: Entre a ética e o mercado*. Insular.

Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: From National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* (8.^a ed.). Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17.^a ed.). Paz e Terra.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7.^a ed.). São Paulo: Atlas.

Hanamulamba, P. L., de Medeiros, T. V., Lourenço, I. H., dos Anjos, M. R., & Duarte, L. F. A. (2025). The small-scale fisheries sector in a developing country: Assessing SWOT and recommendations for sustainability in Namibe (Angola). *Fisheries Science*, 91(1), 1– 11.

Instituto Nacional de Estatística. (2026). *Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação da Província do Namibe – 2024*. Instituto Nacional de Estatística.

Koga, D. (2011). *Medidas de cidades: Entre territórios de vida e territórios vividos*. Cortez.

Matus, C. (1996). *Política, planejamento e governo*. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA).

Rüegg, W. (Ed.). (2011). *A history of the university in Europe* (Vols. 1–4). Cambridge University Press.

Santos, B. de S. (2011). *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (3.^a ed.). Cortez.

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1999)

Stiglitz, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*.

Trow, M. (2007). Reflections on the transition from elite to mass to universal access: Forms and phases of higher education in modern societies. In J. J. F. Forest & P. G. Altbach (Eds.), *International handbook of higher education* (pp. 243–280). Springer.

Tünnermann Bernheim, C. (2008). *La reforma de Córdoba: Vientre fecundo de la transformación universitaria*. UNESCO.

UNESCO. (2015). *Rethinking education: Towards a global common good?* UNESCO.

UNESCO. (2024). *Higher education and sustainable development: Global perspectives and institutional engagement*. Paris: UNESCO.

United Nations. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations.

World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. Oxford University Press.